

O paralelismo clausal na região central do estado de São Paulo

Natália Cristina de Oliveira*

Introdução

O caráter social dos fatos linguísticos e a percepção da variabilidade na qual a língua está submetida são pontos essenciais no que tange à reflexão sobre a natureza da linguagem humana. Deste modo, língua, sociedade e sujeito são realidades que se relacionam; a existência de uma está diretamente relacionada à existência das outras. Reconhecer e estudar a variação linguística como um fenômeno presente em todas as línguas naturais, incluindo o Português Brasileiro, é um dos primeiros passos para contribuímos para a descrição do Português Falado.

Nos anos 60, novos movimentos teóricos inseriam o componente social como parte do funcionamento linguístico, abalando os alicerces do estruturalismo. Várias abordagens linguísticas começaram, então, a relacionar o corpo da língua com seu exterior, a linguística com o social.

Uma das principais ideias da Sociolinguística é a de que a língua possibilita, em vários contextos estruturais ou lexicais, a escolha de uma forma linguística ao invés de outra, resultando no processo de variação. Isto não significa que a língua seja assistemática, pois, como atestam vários autores sociolinguistas, até mesmo na variação encontramos sistematicidade linguística.

A heterogeneidade linguística é, em si, uma fonte constante de mudança. As mudanças são fatos da estrutura linguística e devem ser explicadas pela lógica do sistema funcional. São, portanto, definidas

* Mestranda UNESP – FCLAR.

segundo sua funcionalidade e segundo a motivação que as realizou. Por exemplo, sabemos que, em Português Brasileiro, o verbo deveria concordar em número e pessoa com seu sujeito, venha ele implícito ou explícito. No entanto, no Português Brasileiro Falado, a concordância entre verbo e sujeito é um fenômeno variável, como já mostraram vários autores, entre eles Anjos (1999), Monguilhot (2001), Scherre (1998), Scherre & Naro (1991 e 1993), entre os muitos autores que, também, se propuseram a estudar tal fenômeno variável.

Neste trabalho, procuramos investigar o papel desempenhado por fatores linguísticos e sociais na aplicação da regra do paralelismo clausal. Acreditamos que o paralelismo clausal seja uma área particular da gramática intimamente imbricada com os domínios social e cultural. Para tanto, consideramos os casos em que a articulação verbo/sujeito manifesta-se nos elementos de flexão número-pessoal do verbo da oração. Assim sendo, não se incluem, nas ocorrências selecionadas, os predicativos do sujeito; sintagmas nominais (SNs) compostos por somente um constituinte; alguns verbos no presente do indicativo, cujas formas do singular e do plural são homófonas, como: *tem/têm; vem/vêm; contém/contêm*; casos em que a regra de concordância verbal é optativa, segundo rezam os próprios manuais de gramática normativa, como é o caso de sujeito representado por expressões do tipo *a maioria de, a maior parte de, grande parte de, parte de* mais um nome substantivo no plural. O *corpus* estabelecido é constituído por orações com SNs compostos por, no mínimo, dois constituintes.

Objetivamos, assim, descrever como se manifesta a concordância nas modalidades falada e escrita da língua na região noroeste paulista. Pretendemos identificar os contextos de uso que condicionam esta variação por meio da análise de fatores já postulados por especialistas no assunto. Por fim, almejamos elaborar regras a partir do uso de dados concretos; regras estas que poderiam nos propiciar melhor desempenho didático-pedagógico, como professores de Língua Portuguesa.

Sobre a constituição do *corpus* da pesquisa

Antes de analisar os dados linguísticos dos informantes selecionados nesta pesquisa, como integrante da equipe técnica responsável pela coleta das entrevistas que compõem o banco de dados IBORUNA, do qual procedem as amostras de fala que nos servirão de *corpus*, cabe-nos mencionar alguns procedimentos metodológicos seguidos na sua composição (cf. Gonçalves, 2005). O banco de dados IBORUNA envolve as cidades de São José do Rio Preto, Bady Bassit, Mirassol, Guapiaçu, Onda Verde, Cedral e Ipiquá.

Os informantes foram definidos pelo cruzamento de quatro variáveis sociais, a saber: *gênero* (masculino e feminino); *faixa etária* (de 7 a 15 anos, de 16 a 25 anos, de 26 a 35 anos, de 36 a 55 anos, e mais de 55 anos); *nível de escolaridade* (1º ciclo do Ensino Fundamental, 2º ciclo do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior) e *renda familiar* (até cinco salários mínimos, de 6 a 10 salários mínimos, de 11 a 24 salários mínimos, e mais de 25 salários mínimos, doravante SM). Tais informantes contribuíram com cinco tipos de textos orais diferentes: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de descrição, relato de procedimento e relato de opinião. Além de residir nas cidades abrangidas pelo projeto, era necessário que o informante nela residisse desde, pelo menos, os seus cinco anos de idade, ou, ainda, que houvesse nascido na cidade. Tal banco de dados conta com a amostra de fala de 152 informantes residentes nas cidades abrangidas pelo projeto ALIP.

Composição da subamostra e análise dos dados

Analisamos 16 entrevistas, a fim de verificar a influência ou não das marcas de plural do SN sujeito sob o verbo, na região de São José do Rio Preto. Foram selecionados, então, 08 homens e 08 mulheres, estratificados socialmente como mostra o quadro a seguir:

Nº do informante	Sexo/Gênero	Educacão	Faixa etária	Renda familiar
043	Masculino	Educação Médio	16 x 25 anos	11 x 24 SM
044	Feminino	Educação Médio	16 x 25 anos	11 x 24 SM
045	Masculino	Educação Médio	16 x 25 anos	6 x 10 SM
046	Feminino	Educação Médio	16 x 25 anos	6 x 10 SM
051	Masculino	Superior	16 x 25 anos	11 x 24 SM
052	Feminino	Superior	16 x 25 anos	11 x 24 SM
053	Masculino	Superior	16 x 25 anos	6 x 10 SM
054	Feminino	Superior	16 x 25 anos	6 x 10 SM
075	Masculino	Educação Médio	26 x 35 anos	11 x 24 SM
076	Feminino	Educação Médio	26 x 35 anos	11 x 24 SM
077	Masculino	Educação Médio	26 x 35 anos	6 x 10 SM
078	Feminino	Educação Médio	26 x 35 anos	6 x 10 SM
083	Masculino	Superior	26 x 35 anos	11 x 24 SM
084	Feminino	Superior	26 x 35 anos	11 x 24 SM
085	Masculino	Superior	26 x 35 anos	6 x 10 SM
086	Feminino	Superior	26 x 35 anos	6 x 10 SM

Quadro 1: Identificação social dos informantes desta subamostra

Vale reforçar aqui ser o fato linguístico da não concordância o caso prototípico de variação que identifica, discrimina e (des)valoriza o usuário da língua em termos sociais. Trata-se, portanto, de um traço estigmatizante na avaliação dos usuários da Língua Portuguesa; um traço que codifica a desigualdade das relações socioculturais de um povo. Por este motivo, optamos por falantes com alta escolaridade, pois queremos verificar se as variáveis extralinguísticas escolaridade e renda econômica influenciam na aplicação da regra variável da concordância verbal. Até que ponto os falantes têm consciência dessa estigmatização e aplicam a regra variável da concordância verbal?

Além das variáveis sociais mostradas no Quadro 1, também consideramos as seguintes variáveis linguísticas: material interveniente entre sujeito e verbo; saliência fônica do verbo; posição do sujeito com relação ao verbo e animacidade do sujeito.

Nossa variável dependente é binária, ou seja, além das variáveis antes elencadas, ainda trabalhamos com a variável presença *versus* ausência da marca formal de plural nos verbos.

O fenômeno em estudo: categoria de número no português

De acordo com Camara Jr. (1988), o termo “concordância” é utilizado para designar a relação das categorias gramaticais entre palavras determinantes e palavras determinadas dentro de um sintagma nominal e/ou verbal. Desta forma, na Língua Portuguesa, temos a concordância em gênero e número, do adjetivo com seu substantivo e do substantivo ou pronome com o verbo, isto é, concordância que ocorre com o sujeito nas desinências número-pessoais que o verbo recebe; decorre disso a existência de dois tipos de concordância: a nominal (entre adjetivo e substantivo) e a verbal (entre verbo e sujeito).

Muitas vezes, o falante elimina marcas redundantes, como, por exemplo, a presença da marca de plural morfológico nos nomes. Desta forma, o nível morfológico é simplificado e o plural é expresso por meio de uma formação sintática simples, marca apenas no primeiro constituinte oracional, isto, é claro, se o determinante estiver presente na sentença produzida pelo falante. Temos, também, que considerar a questão fonética do enfraquecimento das sílabas finais do Português Brasileiro; logo, o enfraquecimento do *-s* final, no caso de substantivos e/ou adjetivos, e o enfraquecimento do *-m* final, no caso dos verbos. Todavia, será que entre os fenômenos linguísticos, que caracterizam a sintaxe brasileira, a não aplicação da regra de concordância é um dos mais perceptíveis pela avaliação social como traço estigmatizante;

o que pode motivar o uso da regra pela classe social mais privilegiada, com pessoas mais escolarizadas e com classe sócio-econômica média/alta; ou há uma tendência por parte dos falantes, de modo geral, de eliminar a redundância?

Segundo Bagno (2007), no caso das variedades mais estigmatizadas, o princípio básico é o da eliminação das marcas redundantes de concordância. A indicação do plural se faz de maneira suficiente por meio de uma única marca morfológica, que aparece no primeiro elemento do grupo a ser pluralizado. Fato que não impede qualquer falante de Português de compreender que se trata de um plural, o que prova que uma só marca é perfeitamente suficiente. Sendo assim, nós, professores, devemos relativizar as dicotomias língua falada x língua escrita, língua padrão x língua não-padrão e enfatizar a necessidade de valorização dos usos linguísticos, defendendo que a gramática da língua se efetiva no uso, nas situações interlocutivas, na criação de textos. Acreditamos que a disciplina gramatical escolar não pode desconsiderar o real funcionamento da linguagem.

O paralelismo formal no nível clausal: marcas no sujeito

Seguindo o princípio de que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, esperamos que a presença de *-s* no SN favoreça a marca plural do verbo e que um sujeito com o último constituinte com marca zero de plural se some a um verbo com marca zero de plural. Como atestam vários estudos sociolinguísticos, há uma forte tendência de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas, como é o caso do plural do SN com o plural do verbo e/ou a marca zero do SN com a marca zero do verbo. Esperamos, ainda, encontrar uma frequência alta da marca formal de plural, por se tratar da fala de informantes com alta escolaridade e com um alto nível sócio-econômico. Como vários trabalhos sociolinguísticos já comprovaram, a escolaridade e a renda sócio-econômica são duas variáveis que podem favorecer ou desfavorecer a marca de plural, ou seja, a concordância entre sujeito e verbo.

A seguir, elencamos os fatores e os exemplos das variáveis utilizadas nesta pesquisa, pois, como se trata de uma regra variável, concordância *versus* não-concordância, sendo a primeira variante a eleita pela gramática normativa, uma das necessidades do professor é conhecer os condicionamentos dessa variação, para que possa desenvolver satisfatoriamente o trabalho com variados textos, especialmente no que se refere às diferentes variedades, modalidades e registros.

Fatores e exemplos

Paralelismo formal no nível clausal (marcas no sujeito)

Presença da forma de plural explícita (-S) no último elemento do SN não inserido em um sintagma preposicional (SPrep)

(1) ...é bonito as praias... são bonitas mas (inint.), AC 044, L. 164.

Presença da forma zero de plural no último elemento do SN não inserido em um SPrep

(2) duna... as casinha era tudo de made::(i)ra, AC 044, L. 151.

Presença da forma de plural explícita (-S) no último elemento do SN inserido em um SPrep:

(3)... os irmãos das minhas tias moram lá... mas aí o contato, AC 046, L. 302.

Presença da forma zero de plural no último elemento do SN inserido em um SPrep

(4)... as moça do hospital limpa tudo, AC 078, L. 58.

Presença de numeral no último elemento do SN

(5) e as duas pegô(u) nas minhas costa aí ele me empurrô(u)... bati a testa no tanque, AC 044, L. 73-74.

Material interveniente entre sujeito e verbo

Presença do pronome *que* relativo

(6) para que as pessoas que comprem armas, AC 045, L. 336.

Ausência do pronome *que* relativo

(7) Doc.: os músico é melhor? , AC 043, L. 187.

Saliência fônica do verbo

Máxima diferenciação fonológica

(8) Doc.: os músico é melhor? , AC 043, L. 187.

Média diferenciação fonológica

(9) as meninas venderam tudinho..., AC 084, L. 54.

Mínima diferenciação fonológica

(10) ...os irmãos das minhas tias moram lá... mas aí o contato, AC 046, L. 302.

Posição do sujeito com relação ao verbo

Anteposto

(11) as meninas venderam tudinho..., AC 084, L. 54.

Posposto

(12) ...é bonito as praias... são bonitas mas (inint.), AC 044, L. 164.

Animacidade do sujeito

[+ humano]

(13) aí as pessoas vão falá(r) assim, AC 045, L. 336-337.

[- humano]

(14) e éh:: esses teatros... que aparece em televisão, AC 045, L. 224.

Resultados

Formas	Quantidade de ocorrências encontradas	Quantidade total de ocorrências com as marcas morfológicas	Porcentual de ocorrência na forma global
Presença de -r no início e não no fim	114	145	79%
Presença de -r no início e não no fim	31	145	21%
Presença de -r no início e não no fim	24	39	62%
Presença de -r no início e não no fim	15	39	38%
Presença de -r no início e não no fim	30	40	75%
Total	204	224	75%

(marcas no sujeito)

Na tabela 2, a seguir, temos os resultados das variáveis sociais.

Fator	Quantidade de concordâncias encontradas com a marca fonológica do sujeito e do verbo	Quantidade total de concordâncias	Porcentagem de concordâncias em relação ao total
Marcas	101	110	85%
Formas	67	105	64%
16-25 anos	05	128	4%
26-35 anos	87	101	86%
Escola Média	02	116	2%
Escola Superior	00	108	0%
De 6 a 10 Ed.	112	120	93%
De 11 a 24 Ed.	84	05	85%
Total	178	224	79%

Tabela 2: Resultado das variáveis sociais

Conforme os resultados apresentados nas tabelas 1 e 2¹, as marcas precedentes no último elemento de um SN, quer este seja preposicionado ou não (62% e 79%), favoreceram as marcas verbais. Da mesma forma, acontece quando o antecedente é um numeral, pois, o verbo, na maioria das vezes, apareceu no plural (75%).

Mesmo quando havia o pronome *que*, material interveniente entre sujeito e verbo, houve uma alta porcentagem de marcação de plural no verbo (79%), mantendo, assim, a concordância. Entretanto, quando o verbo tinha como antecedente um numeral, porém, entre o verbo e o SN havia o pronome *que*, o verbo apareceu, mais frequentemente, no singular (68%).

Os vínculos sintáticos entre sujeito e verbo ficam mais salientes quando o sujeito determinante antecede imediatamente o verbo determinado, candidato à concordância, o que corresponde à ordem canônica do Português (sujeito – verbo); ao contrário, a categoria menos saliente é aquela em que o sujeito segue o seu verbo. Neste segundo caso, o elemento determinante da concordância sucede ao elemento determinado, tornando a ausência de concordância menos perceptível. Nossos dados confirmaram tal afirmação, já que a conservação da regra da concordância foi mantida, quando o sujeito estava anteposto ao verbo (81%); já, quando o sujeito estava posposto ao

¹ Cabe ressaltar que não colocamos, na Tabela 1, todas as variáveis selecionadas, porém daremos os valores encontrados de cada uma delas, a saber: variável material interveniente entre sujeito e verbo; saliência fônica do verbo; posição do sujeito com relação ao verbo e animacidade do sujeito. Pelo fato de o peso relativo ter somente confirmado o resultado dado pela porcentagem, optamos por trabalhar com a porcentagem, pois a leitura e a interpretação de tal nomenclatura é mais acessível a professores que não tiveram, em sua formação, acesso a tal informação. Nosso intuito é que este artigo possa ser lido e interpretado por qualquer educador, independentemente da sua formação acadêmica.

verbo, a porcentagem da manutenção da concordância foi de apenas 13%.

Praticamente, a concordância não se realizou, quando a diferença entre as formas de singular e de plural se restringia à nasalidade (somente 34% mantiveram a concordância), acompanhada ou não de mudança de qualidade da vogal átona final, por exemplo, *come-comem*. Dividimos a variável saliência fônica do verbo em três grupos: máxima diferenciação fonológica, média diferenciação fonológica e mínima diferenciação fonológica. A máxima diferenciação fonológica correspondeu aos verbos *é/são*; a média diferenciação aos verbos que estavam no pretérito perfeito irregular como *trouxe/trouxeram* e verbos no pretérito perfeito regular, desde que o acento recaísse na vogal temática, como *falou/falaram* e a mínima diferenciação, quando a diferença entre singular/plural residisse na nasalidade, por exemplo, *fala/falam*. A média diferenciação fonológica obteve um percentual de 52% dos casos totais, mantendo a concordância padrão. Já quando houve o verbo *ser* em questão, o percentual de manutenção da concordância foi bastante elevado, 83%. Sendo assim, podemos constatar que o uso das formas padrão depende diretamente do grau de perceptibilidade dos efeitos fonéticos que ela acarreta.

Com relação a animacidade do sujeito, o traço [+humano] favoreceu a concordância, 81%. No entanto, a diferença entre o traço [-humano] e [+humano] foi baixa, pois, também, houve um alto percentual de manutenção do plural entre sujeito/verbo, 72%.

As variáveis sociais estão, em termos de percentuais, muito próximas uma das outras. Por exemplo, embora os homens tenham feito mais concordância entre sujeito e verbo (85%), as mulheres também marcaram de modo significativo o plural (64%). A faixa etária 26-35 anos se mostrou mais conservadora com relação à marca formal de plural (86% contra 77%). Falantes com ensino superior e com uma renda sócio-econômica mais alta, também, marcaram mais o plural do que os falantes do ensino médio e de renda entre 6 a 10 salários mínimos.

Constatamos, ainda, que os casos de SNs sujeitos constituídos por numerais, que apresentam o traço semântico de pluralidade, não propiciam a concordância verbal, antes favorecem o cancelamento de forma significativa, o que permite afirmar que o princípio do paralelismo atua pela repetição de formas e não de ideias, de tal forma que o fenômeno da concordância se faz no nível predominantemente morfológico, ou seja, repetição de marcas formais. Então, sabendo-se que o cancelamento da marca de número no SN, também, predomina na

língua falada, pressupõe-se que o ensino da concordância nominal deve preceder o da concordância verbal ou a ele ser simultâneo. A relação existente entre as marcas do SN sujeito e as marcas do verbo sugere a viabilidade de se ensinar a concordância verbal aliada à concordância nominal.

Mediante os resultados exibidos anteriormente, constatamos que há correlação entre o tipo de marca existente no sujeito e o tipo de marca existente no verbo. Em outras palavras, marcas levam a marcas e zeros levam a zeros.

Era esperado que os informantes selecionados, por nós, com alta escolaridade, com um nível sócio-econômico médio-alto e pertencendo a uma faixa etária intermediária (16 a 35 anos) apresentassem mais a marca formal de plural do que sua ausência (79% contra 21%, respectivamente). Tal fato comprova que a escolaridade e o grupo social influenciam a nossa fala. Neste caso, o princípio da economia não foi válido, pois a marca não aparece somente no determinante ou no primeiro elemento, conforme dita tal princípio.

Em suma, tais resultados confirmaram nossa hipótese inicial, pela qual acreditávamos que o grau de letramento favorecesse ou desfavorecesse a aplicação da regra. Neste caso, como tivemos uma maior porcentagem de aplicação da regra, estamos certos de que a escola exerce grande influência na presença ou ausência da concordância.

Scherre (1998) considera o paralelismo como uma tendência geral de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas, criando uma harmonia discursiva formal, tornando mais coeso o discurso. Talvez isto ocorra, até mesmo, por um princípio mental associativo que relacione marca formal de plural com marca formal de plural e/ou forma singular com forma singular. Comparando os resultados que outros autores sociolinguistas encontraram em suas pesquisas, podemos afirmar que há, no momento, uma sistematicidade na variação do paralelismo clausal.

Conclusões

Nós, professores, devemos ensinar a concordância verbal não só porque a Gramática Normativa assim a postula, mas também porque devemos desenvolver em nossos alunos a competência de leitura e produção textual, e, para tanto, é fundamental que nenhum elemento que entre na configuração formal de um texto seja desprezado. Estudar a disciplina gramática é um meio de desenvolver o raciocínio científico sobre a linguagem, no sentido de que aguça a observação, propicia a formulação de hipóteses e estimula a produção e, não somente, a recep-

ção de conhecimento. Sendo assim, ensinar concordância, independentemente, da sua aplicação real na fala, constitui uma das oportunidades de construção de um raciocínio científico sobre a língua, com base em um tópico gramatical que diz respeito a uma série de outros que se inserem entre a Morfologia e a Sintaxe da nossa Língua Portuguesa.

Segundo Neves (2003), devemos refletir acerca do fato de a variação estar a serviço da linguagem, ou seja, nenhuma variedade linguística pode ser ignorada e cada variante, por suas especificidades e funções sociais, tem de ser cultivada nas instâncias apropriadas de uma situação comunicativa. Deste modo, ainda que a realização da marca de número no verbo e/ou no nome possa ser periférica na fala do nosso estudante, devemos convidá-lo a ler e a reconhecer a concordância em outras falas, o que torna o ensino de gramática uma atividade plural.

A concordância verbal encontra-se em um processo de mudança, caminhando em duas direções opostas: uma em direção a um sistema sem marcas e outra em direção a um sistema com marcas. A primeira direção envolve, portanto, um mecanismo de perda das marcas de concordância e a segunda, um mecanismo de aquisição destas mesmas marcas.

O que parece imprescindível é que as propostas de ensino da concordância decorram de uma forma realista de encarar a diversidade, traço inerente a qualquer língua, e se baseiem na observação sistemática do comportamento de dados concretos. Trata-se de padrões reais que não devem ser desqualificados como expressão linguística legítima, natural e altamente caracterizadora do perfil linguístico do Português Brasileiro.

Referências bibliográficas

ANJOS, S. E. dos A. *Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala pessoense*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1999. Dissertação de Mestrado.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

CAMARA JR., J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONÇALVES, S. C. L. *O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo*. Relatório Científico apresentado à FAPESP, 2005.

MONGUILHOT, I. O. S. *Varição na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Dissertação de Mestrado.

NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHERRE, M. M. P. Paralelismo linguístico. In: *Revista de Estudos da Linguagem*: Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte: v. 7, n. 2, p. 29-59, 1998.

_____. & NARO. Marking in Discourse: Birds of a Feather. In: *Language Variation and Change*. v.3, p.23 - 32, 1991.

_____. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. In: *Revista de Documentação em Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.

Resumo

Com o intuito de colaborar na caracterização de um fenômeno da fala da região central do estado de São Paulo, o presente trabalho tem como objetivo estudar em quais contextos a marca formal de plural do sintagma nominal (SN) favorece ou desfavorece a marca formal de plural do verbo. Ressaltamos que o *corpus* deste trabalho provém de um projeto sob a denominação “O português falado no interior paulista: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo”, composto pela fala de 152 informantes de São José do Rio Preto e região. Para a realização desta pesquisa, utilizamos uma subamostra composta pela fala de 16 informantes, orientada pelas seguintes variáveis sociais: gênero, faixa etária, escolaridade e renda sócio-econômica. Como variáveis de natureza linguística: material interveniente entre sujeito e verbo; saliência fônica do verbo; posição do sujeito com relação ao verbo e animacidade do sujeito. Trata-se de um estudo de Língua Portuguesa em seu contexto social, com vistas a definir uma possível sistematicidade das relações entre sujeito e verbo. A análise dos dados sociais apontou que as variáveis escolaridade e faixa etária favorecem ao emprego das marcas de plural. Mesmo havendo algum material interveniente entre sujeito e verbo, o paralelismo clausal foi mantido. O desfavorecimento da aplicação da regra se deu quando a saliência verbal era pouco perceptível na distinção singular/plural. Outro contexto que desfavoreceu a aplicação da regra foi sujeito posposto ao verbo. De modo geral, houve um favorecimento para a ocorrência do paralelismo clausal (79%). Constatamos, por meio do “pacote” estatístico VARBRUL, que as variáveis linguísticas exercem maior influência na realização da forma plural dos verbos, faladas na região central do estado de São Paulo, do que as variáveis extralinguísticas.

Palavras-chave: concordância verbal; concordância nominal; variáveis linguísticas e sociais; paralelismo clausal.

Abstract

In order to assist in characterization of a phenomenon of speech of the central region of the state, this paper aims to study the contexts in which formal mark of the plural term nominal (SN) promotes a brand or disadvantage formal plural the verb. We emphasize that the *corpus* of this work comes from a project under the name “The Portuguese spoken in São Paulo: creation of a database for the study noted,” composed of the speech of 152 informants in São José do Rio Preto and region. To achieve this study, we use a subsample consisting of 16 talks by informants, guided by the following social variables: gender, age, education and socio-economic income. Linguistic variables such as: material intervening between subject and verb; phonic projection of the verb, the subject’s position with respect to the animation of the subject and verb. This is a study of Portuguese language in its social context, to define possible systematic relations between subject and verb. The analysis of social data showed that the variables age and education to promote employment of the plural marks. Even if some material intervening between subject and verb, clausal parallelism was maintained. The disadvantage of applying the rule was when the projection was slightly visible in the verbal distinction singular / plural. Another disadvantage that the application of the rule was subject to after verb. Overall, there was a bias for the occurrence of clausal parallelism (79%). We, through the package statistical VARBRUL, the linguistic variables have more influence in the implementation of the plural form of verbs, spoken in the central region of the state of the extra linguistic variables.

Keywords: verbal agreement; nominal agreement, linguistic and social variables; clausal parallelism.